



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO
TRABALHO ESCOLAR - GOTE**

ROBERSON PEREIRA DA SILVA

GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM LUZINÓPOLIS: um novo olhar sobre as
concepções ambientais e a educação.

TOCANTINÓPOLIS – TO

2021

ROBERSON PEREIRA DA SILVA

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Gestão e Organização do Trabalho Escolar – GOTE, Universidade Federal do Tocantins-UFT - Campus Universitário de Tocantinópolis/TO, para obtenção do Título de Especialista, sob a Orientação do Professor Drº Marco Aurélio Gomes de Oliveira.

TOCANTINÓPOLIS – TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586g Silva, Roberson Pereira da .
GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM LUZINÓPOLIS: um novo
olhar sobre as concepções ambientais e a educação.. / Roberson Pereira da
Silva. – Tocantinópolis, TO, 2021.
27 f.

Artigo de Especialização - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pós-Graduação em Gestão e
Organização do Trabalho Escolar, 2021.

Orientador: Marco Aurélio Gomes de Oliveira

1. Educação . 2. Educação Ambiental. 3. Gestão Municipal . 4. Política
Ambiental. I. Título

CDD 372

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

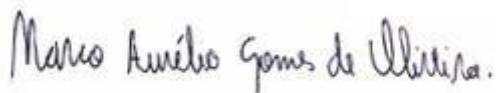
**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ROBERSON PEREIRA DA SILVA

GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM LUZINÓPOLIS: um novo olhar sobre as concepções ambientais e a educação.

Artigo Avaliado e apresentado ao Curso de Especialização em Gestão e Organização do Trabalho Escolar – GOTE, da Universidade Federal do Tocantins-UFT - Campus Universitário de Tocantinópolis/TO, sob a Orientação do Professor Marco Aurélio Gomes de Oliveira, para obtenção do Título de Especialista, no qual o mesmo foi aprovado em sua forma final pela banca examinadora.

Data de Aprovação: 10/03/2020.

Banca Examinadora:

(Orientador)

Professor Dr. Marco Aurélio Gomes de Oliveira.

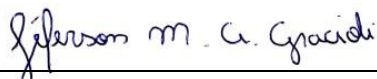
Fundação Universidade Federal do
Tocantins. Campus de Tocantinópolis



(Examinador)

Professor Dr. Cleomar Locatelli.

Fundação Universidade Federal do
Tocantins. Campus de Tocantinópolis



(Examinador)

Professor Me. Jeferson Muniz Alves Gracioli

Fundação Universidade Federal do
Tocantins. Campus de Tocantinópolis

Dedico este trabalho as mulheres da minha família, minha Mãe Dona M^a Concebida, Minha Esposa Wagna Lindemberg, Minhas Filhas Lara Rebeca e Nayôbby Lindemberg Schelweski.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr^a Marco Aurélio, pela Orientação.

A Universidade Federal do Tocantins e todos os professores pelo apoio, paciência e a valiosa contribuição para a minha formação pessoal e profissional.

A minha esposa Wagner Lindemberg pela paciência, apoio e carinho.

Aos colegas pelo acolhimento e receptividade.

Resumo

O presente trabalho faz referência a ações de educação ambiental, e demais atividades correlatas desenvolvidas na gestão pública municipal de Luzinópolis, levando em consideração o papel enquanto gestor público. Ressaltando a importância da função pública para o desenvolvimento da política no âmbito do município. Assim como as atividades desenvolvidas junto às secretarias municipais de Gestão e Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Rede Municipal de educação no município de Luzinópolis. Nesse sentido, constata-se a necessidade de se estabelecer uma relação entre a gestão pública municipal e as ações de educação ambiental, destacando-se a relevância destas ações para a transformação social e a captação de recursos para os municípios pequenos do estado do Tocantins. Para tanto utilizaremos de observação, materiais de trabalho e leituras adicionais e pesquisa documental na finalidade de dar importância ao tema em questão.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Gestão Municipal e Política Ambiental.

Abstract

The present work makes reference to environmental education actions, and other related activities developed in the municipal public management of Luzinópolis, taking into account the role as a public manager. Emphasizing the importance of the civil service for the development of policy within the municipality. As well as the activities developed with the municipal departments of Management and Planning, Environment and Sustainable Development and the Municipal Education Network in the municipality of Luzinópolis. In this sense, there is a need to establish a relationship between municipal public management and environmental education actions, highlighting the relevance of these actions for social transformation and fundraising for small municipalities in the state of Tocantins. For this purpose, we will use observation, work materials and additional readings and documentary research in order to give importance to the subject in question.

Keywords: Environmental Education, Municipal Management and Environmental Policy.

SUMÁRIO

1 Título do Trabalho	10
2 Introdução.....	10
3 Considerações Finais	25

REFERÊNCIAS

GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM LUZINÓPOLIS: um novo olhar sobre as concepções ambientais e a educação.

Roberson Pereira da Silva ¹

Marco Aurélio Gomes de Oliveira²

1 Introdução

Esse trabalho surgiu a partir das observações e análises construídas nas experiências vivenciadas no ambiente cotidiano do trabalho, junto à prefeitura municipal de Luzinópolis-Tocantins, no desenvolvimento das ações de educação/gestão ambiental no município, com o apoio dos professores da educação infantil da rede municipal de ensino de Luzinópolis, em especial da Escola Jardim Beija Flor. Na atuação dentro da administração pública municipal onde tivemos a oportunidade de atuar e refletir sobre a políticas publica ambiental e principalmente a importância da educação ambiental (EA) para mudança de comportamento e ruptura de uma cultura que pouco interessava aos munícipes. Como responsável técnico no município, pudemos avaliar melhor a política e compreender a sua importância para captação de recursos (ICMS- Ecológico) para o município.

Na Educação, atividades de educação e discussões sobre a política ganharam força no município, fortalecendo o tema meio ambiente, devido à atuação da secretaria municipal de Meio Ambiente, com apoio e ações da equipe da Secretaria Municipal de Saúde e Educação do município. A atuação direta nas ações ambientais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, assim como responsável técnico pelas ações a serem desenvolvidas nas unidades escolares da rede, captação e execução dos recursos do ICMS – Ecológico no Município e Secretário Executivo do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento

¹ Universidade Federal do Tocantins – (UFT), Campus, Tocantinópolis, Tocantins, Brasil. Graduação em Ciências Sociais/UFT, Pós-Graduando em Gestão e Organização do Trabalho Escolar – GOTE/UFT. E-mail: schelwesk@gmail.com

² Universidade Federal do Tocantins – (UFT), Campus, Tocantinópolis, Tocantins, Brasil. Doutor em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia (2018). Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia (2011). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (2008). Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins/Campus Tocantinópolis, lotado no Curso de Pedagogia. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação e Marxismo - GEPHEM, cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq. Área de pesquisa: História da Educação; Sociologia da Educação; Filosofia da Educação; Marxismo e educação. E-mail: marcoareliotoc@uft.edu.br lattes: <http://lattes.cnpq.br/6147461207257222>

Básico nos deram uma visão e destaque sobre a importância da política ambiental para a gestão municipal.

Nesse cotidiano, observamos às necessidades e a importância de se trabalhar a educação ambiental no meio escolar, como fonte de inspiração para as gerações futuras, cuja ideia e ação prática surgem para abrilhantar nossa forma de pensar a educação e contribuir com a reflexão acerca do meio em que este está vivendo, assim como permitir a edificação de um ser humano com maior consciência ambiental. Essa perspectiva veio através de um olhar crítico e reflexivo sobre a educação municipal, o meio ambiente e a administração local, assim como a necessidade de contribuir de forma diferenciada, com ideias e proposições que vinham a promover um debate e uma formação de pensamento de forma diferenciada no município de Luzinópolis. Nesse cenário o principal foco seria de desempenhar e colaborar com o processo formativo, educacional, social e promover uma mudança de pensamento na comunidade escolar.

Nesse contexto, cabe ressaltar de um ponto de vista crítico, analítico, reflexivo e realista da administração pública no município de Luzinópolis – Tocantins. Cujas relações de poder, e o processo de nomeação dentro do processo político não são diferentes de outras realidades, buscamos sempre compreender essa relação de dominação e como de fato ela ocorre, compreendemos nesse cenário, que quando uma quantidade qualquer de indivíduos obedece a uma ordem vinda de parte da sociedade, seja ela composta por uma ou por diversas pessoas, no caso uma dada elite, que por característica própria se alterna ou busca o poder, observamos que quando o poder muda, essa característica também mudam.

Weber, sociólogo alemão [Erfurt, 1864 - Munique, 1920], afirma: percebemos que a dominação é sempre resultado de uma relação social de poder desigual, no qual se percebe claramente a existência de um lado que comanda (domina) e outro que obedece. Nesse caso qualquer indivíduo que se submete aos outros. Nesse sentido, observamos os três tipos de dominação em weber, no caso a dominação legal, dominação tradicional e dominação carismática, podem ser percebidas no cenário, dotado de carisma, legitimidade e patriarcalismo. Onde segundo ele a forma mais pura é a dominação legal e burocracia:

Seu tipo mais puro é a dominação burocrática. Sua idéia básica é: qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma. A associação dominante é eleita ou nomeada, e ela própria e todas as suas partes são *empresas*. Designa-se como *serviço* uma empresa ou parte dela, heterônoma e heterocéfala (...). Obedece-se não a pessoa em virtude de seu direito próprio, mas a regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer. Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem, a uma regra: à *lei* ou a norma *formalmente* abstrata. (WEBER, 2001; p. 128-9).

Nesse trabalho faremos uma breve apresentação do contexto histórico e social levando em consideração a questão política, econômica e cultural do município, concomitantemente, utilizando os dados oficiais disponíveis da administração municipal, órgãos estaduais e institutos federais. Apresentando sobre o trabalho e ações desenvolvidas na gestão e na educação no município no que tange a questão ambiental a gestão pública e a importância destas ações para a captação de recursos (ICMS-Ecológico) fundamentais ao bom andamento da gestão pública municipal.

2 Histórico sócio econômico de Luzinópolis -Tocantins.



Figura 1 - Praça Central de Luzinópolis -TO. Fonte: Acervo Pessoal

O Município de Luzinópolis é um município brasileiro do estado do Tocantins. Localiza-se na região norte do Estado, denominada Bico do Papagaio. Sua população estimada em 2020 é de 3.154 habitantes (IBGE, 2020)³. Possui uma área de 280,865 km². A densidade demográfica é de 11,1 habitantes por km² no território do município. Vizinheiro dos municípios de Cachoeirinha, Angico e Nazaré, Luzinópolis se situa a 52 km ao Norte-Oeste de Tocantinópolis a maior cidade nos arredores. Situado a 240 metros de altitude, de Luzinópolis tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 6° 10' 57" Sul, Longitude: 47° 51' 35" Oeste. Luzinópolis situa-se as margens da BR Transamazônica onde o tráfego é intenso, torna assim o município um corredor turístico para quem trafega na BR Transamazônica.

Foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Luzinópolis, pela Lei Estadual nº 684, de 26-05-1994, desmembrado do município de Tocantinópolis/TO. Está localizada em região rica em paisagens e recursos naturais, bem como o município possui um balneário público as margens do ribeirão águas lindas, onde finais de semana as

³ Dados extraídos do site do IBGE. Luzinópolis. Panorama geral. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/luzinopolis/panorama>. Acesso em: 02 dez. 2020.

famílias de Luzinópolis e turistas de cidades vizinhas passa bons momentos usufruindo do local.

É um município de pequeno porte, que sobrevive da agricultura e pecuária e do repasse do “Fundo de Participação dos Municípios (FPM)” do Governo Federal e tem como uma fonte de economia extra o turismo temporário nas épocas de férias. E em evento produzidos pelo município, como festas tradicionais como o aniversário da cidade. A receita municipal compreende uma maior fatia da movimentação econômica local, sendo a mais importante. Nesse sentido para uma melhor compressão de como se divide e quais são os recursos recebidos pelo município no ano de 2020, detalhamos da seguinte forma:

1. Detalhamento das Receitas no ano de 2020 do município de Luzinópolis.

Tabela 1 - Dados da Controladoria Geral da União-CGU.

Fundo de participação dos municípios - FPM (CF, art.159)	R\$ 5.495.762,19
FUNDEB.	R\$ 1.002.706,67
Transferências especiais.	R\$ 580.000,00
Auxílio financeiro aos Municípios.	R\$ 521.408,59
Decorrente do Corona vírus.	R\$ 521.030,57
Decorrente do Corona vírus.	R\$ 521.030,57
Piso de atenção básica em saúde.	R\$ 486.107,23
Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado.	R\$ 477.500,00
Cumprimento de metas.	R\$ 470.000,00
Fomento das exportações.	R\$ 402.510,66
Apoio a política nacional de desenvolvimento urbano.	R\$ 301.959,00
Transferências das participações pela produção de petróleo e gás natural (lei n. 9.478, de 1997).	R\$ 93.990,35
Ações de proteção social básica.	R\$ 91.577,97
Transferências especiais.	R\$ 70.000,00
Incentivo financeiro aos estados, distrito federal e municípios para a vigilância em saúde.	R\$ 53.636,41
Apoio à alimentação escolar na educação básica (PNAE).	R\$ 40.748,40
Promoção da assistência farmacêutica e insumos estratégicos na atenção básica em saúde	R\$ 18.492,60
Organização dos serviços de assistência farmacêutica no SUS.	R\$ 24.000,00

Auxílio financeiro aos estados, ao distrito federal e aos municípios relacionados ao apoio emergencial do setor cultural devido à pandemia da covid-19.	R\$ 37.772,04
Total	R\$ 11.210.233,25

A economia é baseada na subsistência, com a produção de arroz, milho, feijão e mandioca, Pecuária, Agricultura, Silvicultura / Exp. Vegetal, Outros, Transportes, Prestação de Serviços, com predominância de grandes fazendas, como a exemplo da fazenda caracol, assim como outras grandes propriedades produtoras. Também é composta por comerciantes locais, além da principal fonte de receita que vem dos serviços públicos, municipal e estadual. O PIB per capita do Município segundo IBGE (2018) é de R\$ 11.008,37. A renda média é 1,5 salários Mínimos.



Figura 2 - Balneário Águas Linda - Evento de Educação Ambiental -2018.

A cidade possui como principais expoentes, os fundadores e primeiros Moradores, Luiz do Alho, Olegário Fernandes, Pedro Seledor, Raimundo Nonato, Raimundo Noletto, Domingo Almeida, José Gonçalo da Costa, João Novato, Raimundo Lucas (Dandosa), Leontino Labre, José Evangelista Saraiva, Sebastião Carlos Pinto, entre outros que fizeram para da história política da cidade.



Figura 3 - foto de membros Ilustres do município, da direita para esquerda: Raimundo Moreira, Domingos Almeida, Leontino Labre, Ary Almeida, Jose Vicente e Sua Esposa Gorete, entre Outros Presentes, cerimônia de pose 2005.

3 Educação ambiental, práticas ambientais na educação básica e em Luzinópolis.

3.1 Políticas Ambientais no Estado do Tocantins.

A política de educação ambiental começa a ser implantada no estado do Tocantins a partir de 1989, a partir da LEI Nº 056, DE 16 DE JUNHO DE 1989. Publicado no Diário Oficial nº 13 – Que dispõe sobre a obrigatoriedade de instituição da matéria sobre Ecologia e Meio Ambiente nas escolas públicas do Estado do Tocantins e dá outras providências. Desse ponto em diante outras legislações acabam sendo incorporada, nos municípios a implantação das leis municipais. Foi o pontapé inicial para a consolidação da proposta vista a necessidade de uma política ambiental, que vem com ser instituída através da LEI Nº 261, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1991. Publicado no Diário Oficial nº 60 Dispõe sobre a política ambiental do Estado do Tocantins e dá outras providências, e Regulamentada pelo Decreto nº 10.459, de 08/06/94 - D.O nº 350 - pág. 1455. A partir desse momento começa um movimento para se implantar mecanismos de gestão nos municípios tocaninenses.

3.2 Política e Gestão Ambiental em Luzinópolis.

Antes de adentrarmos no mérito, vale ressaltar, que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tem como função: Gerir toda Política Municipal de Meio Ambiente no Município de Luzinópolis-To. O presente órgão da gestão possui em sua premissa básica o desenvolvimento das ações relacionadas à política/gestão ambiental que busca a preservação do Meio Ambiente no território do município. Sendo assim, entendemos que muito mais do que conscientizar sobre a importância de um meio ambiente limpo e saudável, esta política vem executar ações de promoção da reciclagem, execução de ações de conscientização em datas comemorativas, além de situações que possibilitem a comunidade escolar pensar/refletir sobre as questões ambientais, tais como o clima, a água, o ar, a fauna e a flora, e sobre o seu ambiente da sua escola, da sua casa, além do seu próprio ser.

Além disso, zelar pelo patrimônio natural, paisagístico, e a limpeza pública. Enfim, será o elo entre todas as atividades e preencherá lacunas em área afins, como na educação, saúde, saneamento, limpeza pública, agricultura, pecuária e abastecimento, assim como a valorização da vida e, portanto, do meio ambiente. O órgão é responsável pela captação e aplicação os recursos a ela destinados (ICMS, receitas locais, repasse FPM) e discutirá como as questões ambientais serão problematizadas no âmbito municipal.

Podemos compreender como se dá a captação e variação dos recursos ano a ano, de acordo com o trabalho/ações realizadas no ano anterior. Só para elucidar essa questão destacamos que foram aplicadas, de janeiro a dezembro de 2020, R\$ **470.187,66**, segundo dados contábeis informados através de Relatório Resumido de Execuções Orçamentarias (RREO). Esse foi o montante de investimento do Fundo Municipal de Meio Ambiente. Gestadas pela presente unidade responsável. Lembrando que os recursos destinados são aplicados na íntegra e/ou totalmente de acordo as ações previstas em plano de trabalho aprovado pelo conselho municipal de meio ambiente e saneamento básico no início do ano de 2020.

2. Variação dos Recursos – ICMS Ecológico;

Ano	Repasses	Total
2013	(Jan a Dez)	R\$ 233.245,06
2014	(Jan a Dez)	R\$ 100.099,96
2015	(Jan a Dez)	R\$ 201.002,04
2016	(Jan a Dez)	R\$ 402.906,10
2017	(Jan a Dez)	R\$ 772.876,45
2018	(Jan a Dez)	R\$ 738.798,33
2019	(Jan a Dez)	R\$ 579.483,13
2020	(Jan a Out)	R\$ 492.173,30

Fonte. Secretaria Municipal de Meio Ambiente 2020⁴.

Da mesma forma cabe ressaltar que esses recursos podem ser aplicados em todas as áreas, portanto temos dedução direta na saúde e educação. O restante é direcionado as atividades da secretaria para atendimento da sua política, e lançadas no Fundo Municipal. O objetivo é promover uma ação conjunta e integrada com as demais secretarias, acolhendo sugestões no próprio acompanhamento das ações a serem desenvolvidas, para o bom andamento e execução do plano de trabalho proposto pela própria secretaria municipal. O Secretário de Municipal da pasta, por força de lei é também presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMMA, fazendo uso das atribuições que lhes são conferidas no Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, no que compete ao Art. 2º, &1º, I – da Lei 086/2.005, no que compete a Lei 119/2.007, e no que Compete a Lei 231/2.015. Que versão sobre as

⁴ É importante salientar que o valor de cada ano varia devido a pontuação e da mesma forma de acordo a arrecadação do ano anterior. As Informações estão disponíveis na plataforma da Sefaz-TO: <http://www.sefaz.to.gov.br/municipios/ipm--indice-de-participacao-dos-municipios/repasses-aos-municipios/icms/> / <http://www.sefaz2.to.gov.br/repasses/icms.php>

atribuições do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico desta Municipalidade.

No município de Luzinópolis, a gestão municipal, no ano de 2006, percebeu a necessidade de captação do recurso do ICMS- Ecológico além da discussão em torno da implantação da agenda 21 local, e nesse sentido a distribuição dos recursos dessa política pelo estado do Tocantins. Surge em 2004 a discussão sobre a criação e a implantação das agendas 21-local. De acordo a edital do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para implantação da Agenda 21, na região, onde seria formado um consorcio após aprovação de proposta apresentada ao próprio ministério, surgindo assim uma parceria com os municípios vizinhos a Luzinópolis como: Angico, Nazaré, Santa Terezinha, Ananás, Riachinho, Darcinópolis, Cachoeirinha e São Bentos do Tocantins. Cujos realizaram todos os procedimentos para implantação da proposta nos municípios. Foram realizados diagnósticos em separado em cada um dos municípios envolvidos que se consolidou em um documento - agenda 21⁵ em cada um desses municípios.

Nessa época havia uma discussão sobre a questão ambiental de forma muito forte no estado, com muitos incentivos que culminaram na implantação da Política Municipal em Luzinópolis, através da **Lei 086/ 2005**. E a partir desse momento, a política ambiental começa a ganhar força. Cria-se em 2007 o Conselho Luzinopolino de Meio Ambiente na forma da **Lei 119/2.007**, reestruturado em 2015 - **Lei 231/2.015**, que altera o nome do referido conselho que passaria a se chamar de Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico desta Municipalidade. Fortalecendo, portanto, a proposta preliminarmente que culminaria em aprovação pelo legislativo municipal, instituindo a **Lei 216/2013**, que Cria a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A partir desse ponto tem-se a necessidade de implantação de um Fundo específico para a pasta, materializado em (Lei nº 119/2.007) além da Lei nº 236/2.016 que Cria o fundo Municipal de Meio Ambiente, Implantado em 2.017, registrado no CNJ: 30.488.024/0001-00, além da inclusão no orçamento anual e das informações contábeis serem tratadas de igual forma aos outros Fundos Municipais, com personalidade própria, jurídico/contábil e

⁵ Agenda 21 é um plano de ação formulado internacionalmente para ser adotado em escala global, nacional e local por organizações do sistema das Nações Unidas, pelos governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. E deve ser aplicada na esfera municipal fundamental para o desenvolvimento das ações ambientais nos municípios, além de promover pontuação de destaque no questionário anual a ser respondido pelo município este fundamental para a captação de Icms-Ecológico.

político/administrativa. Nesse interstício, a administração municipal implanta por força de lei a política Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Lei nº219/2.014), e a Lei que dispõe sobre a política municipal de saneamento básico (Lei nº 220/2.014), e cria o Fundo Municipal de Saneamento Básico (Lei nº 237/2.016).

Além de outras ações que culminaram na implantação no Fórum Municipal do Lixo e Cidadania, Protocolo Municipal do Fogo, da mesma forma, uma larga contribuição na inclusão do Município no Consorcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos e Gestão Ambiental – ADP (Lei nº 256/2.017). Assim como o projeto que Cria a Brigada de proteção contra incêndio no Município de Luzinópolis/TO (Lei nº 268/2018), e Defesa Civil municipal.

3.3 ICMS- Ecológico como política de investimento ambiental.

O ICMS Ecológico foi instruído no estado do Tocantins, através da Lei Estadual nº 1.323, de 4 de abril de 2002. A Lei do ICMS Ecológico traz ainda algumas diretrizes para sua implantação no Tocantins, entre elas, a participação pública no planejamento e nas ações a ser desenvolvida, a avaliação da qualidade nos processos e produtos, o desenvolvimento da educação ambiental e do ecoturismo – quando for o caso, e a desempenho dos municípios em matéria de gastos ambientais. Objetivamente, essa lei dispõe sobre quem receberá recursos financeiros do *ICMS Ecológico*, de acordo com os seguintes critérios estabelecidos:

- a) Que tenho criado leis/normas que contribua para a estruturação e implementação da Política Municipal de Meio Ambiente e da Agenda 21 local;
- b) Que possua unidades de conservação ambiental, inclusive terras indígenas;
- c) Que possuam meios de controlar queimadas e combater incêndios;
- d) Que promovam a conservação e o manejo do solo;
- e) Que invistam em saneamento básico, conservação da água e coleta e destinação do lixo.

Nesse cenário, o ICMS Ecológico se tornou uma das principais fontes de recursos dos municípios do estado do Tocantins para a implementação das políticas ambientais locais. Esse montante tende a dar uma autonomia maior aos gestores públicos municipais, que podem utilizá-las para executar ações estruturantes de apoio à manutenção do Órgão Executivo Municipal, do Conselho e do Fundo de Meio Ambiente. As prefeituras da mesma forma podem investir em ações sistemáticas em parceria com demais órgãos municipais como as secretarias municipais de educação e saúde, ações programadas na área de educação

ambiental, controle e combate às queimadas, ações da brigada de controle e Defesa civil Municipal, além de apoio a unidades de conservação do solo e terras indígenas onde estas existam, de saneamento básico.

E o melhor é que a comprovação desses investimentos, além de assegurar transparência em relação à execução desses recursos, é o que garante aos gestores municipais uma boa pontuação, isso irá permitir a aplicação dos recursos da arrecadação do ICMS Ecológico nas ações nos anos subsequentes. É claro que não é tão simples a elaboração de um documento de prestação de contas das ações e gastos pontuais relacionados à política ambiental. Tanto que os órgãos juntamente com o conselho estadual de meio ambiente, criaram um questionário a ser seguido para comprovar os investimentos ambientais nas municipalidades, nesse sentido todos saem ganhando, o poder público, a sociedade e o meio ambiente. Nesse sentido, o ICMS Ecológico, tem como objetivo principal beneficiar os municípios que desenvolverem e comprovarem as ações em relação ao meio ambiente, através do repasse de recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, para os municípios.

4 A Dimensão Pedagógica da Educação Ambiental.

Para elucidar melhor as concepções sobre a educação ambiental no âmbito deste trabalho trazemos a luz da teoria nas concepções da autora - Lucie Sauvé, Mauro Guimarães e outros, que abordam sobre “educação ambiental” e tais abordagens já são conhecidas pela literatura da área, o diferencial é analisar como as práticas educativas do âmbito do município podem ser analisadas por tais abordagens, no sentido de avanços, limites e desafios. Nesse sentido vimos como fundamental compreendermos sobre a importância da temática a luz da teoria, em reflexão com a prática pedagógica de educação ambiental. Nesse sentido observamos que existem “[...] diferentes “correntes” em educação ambiental [...] no entanto [...] “a noção de corrente se refere aqui a uma maneira geral de conceber e de praticar a educação ambiental”(SAUVÉ, 2005 p.17) muito embora discorra sobre a variedade de correntes a autora afirma que “embora cada uma das correntes apresente um conjunto de características específicas que a distingue das outras, as correntes não são, no entanto, mutuamente excludentes em todos os planos”(SAUVÉ, 2005 p.17) pois elas compartilham características comuns.

Nesse sentido observamos como fundamental a educação ambiental (EA) tanto para a formação acadêmica quanto para a formação pessoal do indivíduo seja aluno ou professor.

Entendemos que compreender a educação e o processo formativo requer ambientes formativos e mudanças de ação/compreensão, nesse sentido:

O ambiente educativo construído no cotidiano escolar pode se colocar como um nó em movimento estruturador de uma rede que se constituía, potencialmente, em um espaço comunicacional de participação e a aprendizagem, de debate, reflexão, difusão de informações, em um movimento organizado de relações que gere pressão na ordem conservadora (GUIMARÃES, 2004, p. 151).

O contexto traz uma análise em que podemos compreender como a uma concepção teórico crítico na perspectiva educacional e ambiental, pode-se influenciar uma compressão acerca da ação educativa, atribuídas ao formador/educador. Sauvé (2005) traz quinze correntes de educa o ambiental; que se destacam por sua forma, além de método de aplicar   pedagogia as questões ambientais, seriam elas, objeto de análise, para assim podermos definir qual se encaixa na aplica o pedagógica da educa o municipal, mesmo compreendendo o total desconhecimento teórico dos agentes, assim como compreender que algumas a es se aproximam, de correntes de pensamento como segue: corrente naturalista; a corrente conservacionista/recursista; resolutiva; sist mica; científica; humanista; moral/ tica. No caso das correntes holísticas; biorregionalista; prática; crítica; feminista; etnográfica; da eco educa o e da corrente da sustentabilidade – onde a autora elabora uma forma de apresenta o dessas correntes de acordo a parâmetros sistematizados para uma explica o mais clara para os estudiosos da  rea.

Esse estudo deve ser contemplando afim de uma melhor compreensão, lembrando ser fundamental conhecer essas abordagens antes de aplicar a prática. Pois nesse aspecto em especial não existem especialistas em educa o ambiental nas escolas públicas. Portanto o trabalho fica muito nas mãos dos educadores sem experiência ou conhecimento adequado para uma atua o adequada sobre a aplica o prática da teoria da educa o ambiental nas escolas públicas do município. Nesse sentido sugere-se o estudo por parte dos educadores de textos e teorias como as apresentadas nesse trabalho para garantir a eficiência da política, assim como outras atividades que evoluem a educa o ambiental.

Lembrando que o espaço da escola   apenas um espaço norteador da política ambiental, pois a ideia   que cada educando leve com sigo os ensinamentos que tiveram na escola, relacionada às questões ambientais.   importante compreender que são essenciais as mudanças de valores, para que as concep es se alarguem em uma dimensão de responsabilidade por parte do indivíduo. Nas palavras de Medina e Santos (1999);

A Educação ambiental (E.A) permitirá, pelos seus pressupostos básicos, uma nova interação criadora que redefina o tipo de pessoa que queremos formar e os cenários futuros que desejamos construir para a humanidade, em função do desenvolvimento de uma nova racionalidade ambiental. Torna-se necessária a formação de indivíduos que possam responder aos desafios colocados pelo estilo de desenvolvimento dominante, a partir da construção de um novo estilo harmônico entre a sociedade e a natureza e que ao mesmo tempo, sejam capazes de superar a racionalidade meramente instrumental e economicista, que deu origem às crises ambientais e sociais que hoje nos preocupam. (MEDINA e SANTOS, 1999, p. 24).

Diante dessa concepção observamos a relevância e a compreensão acerca das abordagens teóricas que são apresentadas nesse trabalho. A autora Lucie Sauvé, apresenta de forma histórica, com características teóricas essas correntes, a exemplo da naturalista. Cujo próprio conceito observa fatos da natureza, e traz a perspectiva pedagógica de autores, que estudam essa abordagem teórica é uma clara forma de metodologia pedagógica muito usada no mundo afim dos envolvidos adquirirem uma melhor compreensão dos fenômenos naturais e interagirem com o meio ambiente. Se aproximando com a metodologia usada na exposição das atividades de educação ambiental no município.

Apesar de a segunda corrente tratar da perspectiva de conservar os recursos naturais, trazendo uma abordagem metodológica de conservação dos recursos naturais pautado no princípio dos três “R” Reduzir, Reutilizar e Reciclar, nesse caso é de importância compreender que “a educação para o consumo, além de uma perspectiva econômica, integrou mais explicitamente uma preocupação ambiental da conservação de recursos, associada a uma preocupação de equidade social” (SAUVÉ, 2005 p.20). Essa corrente foi o ponto de partida para que pudéssemos planejar as atividades, da mesma forma em conformidade com os princípios do Desenvolvimento sustentável, que é um conceito muito recente e com uma perspectiva voltada, a utilização dos recursos naturais de forma responsável.

Nesse sentido entendemos que “o Desenvolvimento (...) só se torna um conceito utilizável para análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”. (SANTOS, 2009, p22). Nessa lógica, o que seria desenvolvimento? Geralmente este conceito é atribuído de maneira mais geral ao crescimento econômico. Chaves (2004) sobre a Educação e desenvolvimento social, observa a perspectiva apresentada por Corraggio. Ele, enquanto Crítico das políticas lideradas pelo Banco Mundial e Outros organismos internacionais de desenvolvimento, afirma que é preciso ter uma visão mais humana do desenvolvimento. Nessa perspectiva, é que vimos analisar a importância da educação ambiental, que tem como foco a construção de uma sociedade mais consciente.

Para tanto é importante conhecer outras correntes teóricas para compreensão da educação ambiental e sua aplicação em sala de aula. A corrente resolutiva associada à corrente anterior compreende a necessidade de buscar elementos científicos, através de pesquisas para resolver os problemas ambientais. Enquanto a sistêmica visa sistematizar as informações com base científica encontrando melhor forma de resolver o problema e elaborar modelos globais de resolução dos mesmos. Porque devemos compreender isso? Para podermos diagnosticar as falhas no sistema de gestão da própria política ambiental atual do país, para saber os temas que devem ser trabalhados dentro de casa período/atividade, lembrado da responsabilidade da gestão para com as gerações futuras. A formação de uma concepção crítica e reflexiva deve da mesma forma.

Assim compreendemos que a educação ambiental traz consigo uma carga de necessidade. Nesse sentido é que as correntes de concepção da E.A apresentadas em Salvé 2005 consistem em apresentar ideias para uma melhor clareza acerca do papel da E.A no ambiente escolar. Assim, na concepção Científica, assim como na sistêmica, o foco principal é a utilização dos meios científicos, para ter uma melhor compreensão da realidade do que estaria sendo planejado. Ou seja, “o enfoque é, sobretudo cognitivo: o meio ambiente é objeto de conhecimento para escolher uma solução ou ação apropriada” (SAUVÉ, 2005 p. 23).

Na corrente humanista é simples, sendo que esta corrente “[...] dá ênfase à dimensão humana do meio ambiente, construído no cruzamento da natureza e da cultura” (SAUVÉ, 2005 p.25) – ou seja, da intervenção humana diretamente, na natureza, e em vivencia com suas coisas, ruas e praças, seus jardins cultivados e cidades, ou seja, “Neste caso, a porta de entrada para apreender o meio ambiente é frequentemente a paisagem” (SAUVÉ, 2005 p. 25).

Esta da mesma forma está ligada diretamente a ótica da geografia, onde o enfoque é cognitivo, “a corrente humanista convoca também o sensorial, a sensibilidade afetiva, a criatividade”. E necessita ser compreendida e trabalhada nas disciplinas afins para que se possam compreender a natureza, a essência da educação ambiental como matéria interdisciplinar, importante e necessária para o fortalecimento da educação de crianças e jovens nas nossas cidades.

Outras correntes também são analisadas e compreendidas como a corrente biorregionalista que traz um meio de produção coletiva que envolve toda a comunidade, em uma atividade de desenvolvimento comunitário, ou poderíamos dizer ecossistêmica.

Relacionada a um determinado grupo social, a prática pedagógica, “o processo da corrente prático é, por excelência, o da pesquisa-ação, cujo objetivo essencial é o de operar uma mudança num meio (nas pessoas e no meio ambiente) e cuja dinâmica é participativa, envolvendo os diferentes atores de uma situação por transformar.” (SAUVÉ, 2005 p. 29) nessa perspectiva, a ação com os indivíduos no caso os atores sociais (comunidade escolar, alunos, pais, etc), são os responsáveis diretos pela transformação social. É preciso envolver os indivíduos no processo de formação, para assim podermos garantir os resultados esperados pela proposta, é necessário compreender a sua importância no processo de formação social. A educação é a base. A educação ambiental (E.A) é fundamental para tomada de consciência sobre o mundo em que vivemos a importância da biodiversidade e a preservação ambiental.

Tanto com a (Prática) qual se inspira na “teoria crítica” inicialmente desenvolvida nas Ciências Sociais – integrando o campo da educação e, por conseguinte a educação ambiental. Reafirmamos que está “insiste, essencialmente, na análise das dinâmicas sociais que se encontram na base das realidades e problemáticas ambientais: análise de intenções, de posições, de argumentos, de valores explícitos e implícitos, de decisões e de ações dos diferentes protagonistas de uma situação” (SAUVÉ, 2005 p.30).

É importante salientar que a E.A. é sim um dever de todos, e está respaldada na Lei 9394/96 que estabelece que todas as disciplinas devesse ter por necessidade discutir a Educação Ambiental. Por isso considera-se um desafio para o educador, que tem que compreender as perspectivas sociais, o cenário atual, as tecnologias, a economia brasileira e agrária, assim como compreender a sua atuação enquanto agente social, ser transformador de uma realidade, parte do meio, promotor de atitudes e mudanças de atitudes que venham a tornar mais consciente a nova geração. Segundo Guimarães (2007);

O educador ambiental, como uma liderança que pretenda contribuir para a superação dos problemas ambientais, não se contenta em promover intervenções pontuais de caráter meramente informativo, como podem ser tratados os colóquios, as palestras, as capacitações, as exposições, os eventos, as campanhas etc. Esse processo educativo tem que ser potencializador, gerador de movimento, impulsionando o processo de transformação social. Um trabalho processual não é um sequenciamento de intervenções pontuais, principalmente quando estas se dão com a função exclusiva de informar. O educador ambiental que supera essa proposição busca, na compreensão da realidade socioambiental, na percepção do que movimenta a comunidade/sociedades, encontrar os caminhos de intervir. (GUIMARÃES 2004, p. 138-139).

Nesse ponto podemos afirmar a importância de se dar ênfase ao caráter cultura da relação homem e o meio ambiente, pois “A educação ambiental não deve impor uma visão de

mundo; é preciso levar em conta a cultura de referência das populações ou das comunidades envolvidas” (SAUVÉ, 2005, p. 34). Nesse aspecto observamos que a autora apresenta uma perspectiva de uma pedagogia única com uma leitura de todas as pedagogias de diferentes culturas, formas e visões relacionadas ao meio ambiente. Essa concepção diverge da Eco educação – Corrente que é puramente educacional, cujo ideia é formar um ser humano consciente das questões ambientais, conjuntamente como os valores comuns com meio ambiente. A esfera de uma formação voltada à ecologia, ao desenvolvimento sustentável, ou uso sustentável e renovável, por assim dizer.

Portanto ao compreendemos que essa ecoformação, como uma formação pessoal que cada um recebe no meio ambiente físico (SAUVÉ, 2005, p. 36) é um dos três pontos apresentados no texto dentro desta corrente de pensamento que nos interessa exponencialmente, assim como a heteroformação que é formação dominante, e auto formação que parte do seu próprio ponto de vista. A ecoontogênes – ou seja, “gênese da pessoa em relação a seu meio ambiente, Oïkos” (SAUVÉ, 2005 p.36) é parte da corrente da Ecoeducação, nesse contexto a perspectiva é a formação, ambiental do indivíduo.

A Sustentabilidade é o foco principal da proposta da gestão ambiental, e deve ser a principal bandeira dos órgãos de gestão ambiental no país, o desenvolvimento sustentável – no caso a “sustentabilidade”. Esse nada mais é, do que a educação para o uso sustentável dos recursos naturais, ora esgotáveis. Essa linha de pensamento é a que nos leva a continuar trabalhando para fortalecer uma política pública, respeitosa e responsável da gestão pública. O exemplo nesse cenário que vale ressaltar a importância da E.A, para as ações como de preservação, e conscientização em torno das questões ambientais. E são realizadas atividades nas escolas propostas desenvolvidas no ano dentro do plano de trabalho da secretaria municipal de meio ambiente:

- MARÇO 22 – Dia Mundial da Água;
- ABRIL 03 – Dia do Pau-Brasil e Dia do Solo -22 – Dia do Planeta Terra;
- MAIO 22 – Dia Internacional da Biodiversidade - 27 – Dia da Mata Atlântica;
- JUNHO 05 a 09 – Semana Mundial do Meio Ambiente;
- AGOSTO 14 – Dia do Combate à Poluição Industrial;
- SETEMBRO 11 – Dia do Cerrado - 21 – Dia da Árvore - 22 – Dia da Defesa da Fauna;

- OUTUBRO 04 – Dia da Natureza e Dia Mundial dos Animais;
- NOVEMBRO 30 – Dia do Estatuto da Terra;

A E.A deve ser embasada na criatividade do processo educativo de forma séria, responsável e interdisciplinar, o nosso propósito inicial foi apresentar de forma clara as diversas correntes que versam sobre a temática ambiental. No caso, a melhor concepção acerca do meio ambiente, como seu principal objetivo, é o educativo. Os enfoques e estratégias estão interligados a uma ação coordenada e planejada sempre previamente, com uma metodologia séria e respeitando opiniões. Nesse caso cabe aos gestores públicos municipais, educadores e técnicos, a capacidade de compreender a educação ambiental (E.A.) como o foco principal da gestão ambiental e captação recursos como aos do Icms-Ecológico em um município. Pois estas ações resultam em um alcance multidisciplinar das ações pedagógicas, e atinge exponencialmente o indivíduo, refletindo especialmente das futuras gerações, e suas ações no diz respeito ao meio ambiente servem de alicerce para construir um ser humano consciente sobre uso sustentável dos recursos naturais e a defesa de direitos relacionados à questão ambiental.

4 Considerações finais

O que buscamos apresentar nessa proposta está diretamente ligado a questão Ambiental, ressaltando os fatores de importância para a captação de recursos em município pequeno. As questões relacionadas ICMS-Ecológico, apresentado aqui tangencia a sua verdadeira importância como fonte de receita. Detalhamos isso, mostramos da mesma forma a importância da dimensão pedagógica (através da E.A.) para esse processo. Especialmente nas atividades realizadas na gestão pública municipal em Luzinópolis, onde atuamos de 2013 a 2020. Compreendemos nesse cenário que são as atividades relacionadas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e as ações em torno da captação do ICMS-Ecológico, que sustentam uma gama de atividades dentro gestão municipal. Buscamos nesse trabalho mostrar como funciona o processo de construção de políticas públicas, com o foco na política ambiental, suas atividades e sua execução.

Ressaltamos a importância da avaliação do desenvolvimento das ações, propostas no plano de trabalho, em parceria com as instituições parceiras, ações pontuais, estas que somam os pontos necessários, e apresentados no relatório de evidências para garantir o recurso para o ano subsequente. É interessante garantir que cada recurso que entra nos cofres do município,

se reverta em uma ação para a população, sendo isso claro para os servidores públicos, para a máquina pública.

Destacamos não só a importância do tema, a sua relevância social, mas também a importância econômica e política da ação educativa no contexto da gestão pública municipal. Ou seja, além do impacto de suas ações para os cofres públicos no que se refere à captação de ICMS-Ecológico, apresentamos como ponto mais importante das ações pontuadas a Educação Ambiental como foco de todas essas questões.

Na realização do estudo, observamos as dificuldades e os desafios, enfrentados pelos gestores públicos na tentativa de fechar as suas contas, sobretudo tendo em vista a carência de receita. Da mesma forma vimos à necessidade de trabalhar a educação ambiental não apenas como fator de captação de recursos, mas, como fonte de construção social. Nessa atividade percebemos que muitos gestores cobram resultados, porém da mesma forma muitos não investem em capacidade técnica ou gerencial, nem em formação/capacitação ou mesmo no investimento correto das despesas do fundo para garantir o crescimento dessa receita.

A educação ambiental no município é um desafio, pois está além do ensinar a diferença, entre lixo orgânico e material reciclável, está para além de adquirir lixeiras, ou ensinar a criança a pôr o lixo no lixo, e sim o que é o lixo. Nesse ponto a implantação de mecanismos, legislação, planos, não é fácil, pois sempre há a necessidade de conscientizar, dialogar tanto com o executivo quanto o legislativo da mesma forma que se dialoga com a criança da escola acerca da importância a ação ambiental a ser executada para o contexto. Nesse caso se esbarra muito em uma burocracia do desconhecimento, não só dos dispositivos legais. Da mesma forma se sabe que temos que plantar árvores e preservar nascentes, porém as ações são mitigadas devido à falta de conhecimento dos gestores sobre o que fazer e como fazer. Pois para alguns membros dentro da gestão isso é apenas gasto, e não investimento.

E nesse caso a relevância da gestão do executivo, a ação do legislativo, e a programação da secretaria municipal devem estar em consonância. Para assim, poderem as ações, serem executadas com êxito, para o município arrecadar, e a sociedade da mesma forma possa aprender a cuidar do meio ambiente. E compreender que a ação de educação ambiental (E.A) é responsável por alavancar as ações que pontuam e ao mesmo tempo podem mudar concepções sociais, quebrar paradigmas, construir culturas, sendo um fator determinante para garantir à construção de uma sociedade mais sensível as questões ambientais.

Referências

SAUVÉ, Lucie. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental**. In: SATO, Michele.; CARVALHO, Isabel. C.M.(Orgs.). Educação Ambiental: pesquisas e desafios. Porto Alegre. Artmed,2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. P 37-76

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido** /Moacir Gadotti. – Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

Pesquisa na página do instituto de natureza do Tocantins, no site: <https://naturatins.to.gov.br/icms-ecologico/> acessada no dia 28 de novembro de 2020.

Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96 | Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de no link: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>

Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, disponível no link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art4

MEDINA, Nana Mininni. SANTOS, Elizabeth da Conceição. Educação ambiental: uma Metodologia participativa de formação. 2ª Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papyrus, 2004a.

GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na Educação**. 7ª Edição. São Paulo: Papyrus, 1995.

WEBER, Max, 1864-1920 **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva** / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586 p.

SANTOS², Agnaldo dos. **Construção das Políticas Públicas – processos, atores e papéis**, 2008. Disponível no link: <http://www.polis.org.br/uploads/1244/1244.pdf>

SANTOS, Milton, 1926-2001. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI/ Milton Santos, María Laura Silveira – 7ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005.

ESLABÃO, Daniel da Rosa. **O Conceito De Dominação Em Max Weber: Um Estudo Sobre A Legitimidade Do Poder**. Disponível do Link <http://cifmp.ufpel.edu.br/anais/2/cdrom/mesas/mesa5/04.pdf>